

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

RANIERE DE OLIVEIRA SANTOS DOURADO

**A DITADURA CIVIL-MILITAR E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM
JAGUARÃO**

JAGUARÃO, 2016.

RANIERE DE OLIVEIRA SANTOS DOURADO

**A DITADURA CIVIL-MILITAR E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM
JAGUARÃO**

Monografia apresentada ao Curso de História –
Licenciatura Plena, Integral- da Universidade
Federal do Pampa – Campus Jaguarão, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciado em História. Orientador: Prof. Dr.
Günter Tlajja Leipnitz

**JAGUARÃO
2016**

RANIERE DE OLIVEIRA SANTOS DOURADO

**A DITADURA CIVIL-MILITAR E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM
JAGUARÃO**

Monografia apresentada ao Curso de História –
Licenciatura Plena, Integral- da Universidade
Federal do Pampa – Campus Jaguarão, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciado em História. Orientador: Prof. Dr.
Günter Tlajja Leipnitz.

Monografia defendida e aprovada em:

Banca Examinadora:

Dedico este trabalho a todos aqueles que resistiram
à Ditadura Civil-Militar no Brasil.
Aos desaparecidos, em memória, e aos que
sobreviveram para contar esta história.
Para que não se esqueça, para que nunca mais
aconteça!

AGRADECIMENTOS

*“Todo está cargado en la memoria,
arma de la vida y de la historia”.*
León Gieco

Resumo

Esta pesquisa debate o período inicial da ditadura civil-militar na cidade de Jaguarão, RS. Analisa a atuação do movimento estudantil secundarista no início dos anos sessenta e como se deu sua resistência ao golpe de 1964, enfocando, especificamente, a trajetória de um jovem militante da União Jaguareense dos Estudantes Secundários, a UJES. Com base na investigação de jornais e amparada em uma metodologia de pesquisa em História Oral, reconstrói, a partir das memórias do anistiado político Claudio Maria Ricardo - jovem preso e torturado pelos militares aos dezessete anos em Jaguarão -, os esquemas repressivos e instrumentos de controle ao sul do estado gaúcho, bem como o enfrentamento ao golpe protagonizado pela juventude, nesta faixa que viria a ser considerada área de segurança nacional. Com este estudo, busca-se contribuir para a compreensão de uma passagem da história silenciada e pouco reconhecida pelas fontes oficiais: as experiências de luta e resistência ao regime militar na fronteira com o Uruguai.

Palavras-Chave: Ditadura, Movimento Estudantil, Repressão, Resistência ao golpe civil- militar.

Resumen

Esta investigación debate el período inicial de la dictadura cívico-militar en la ciudad de Yaguarón, RS. Analiza la actuación del movimiento de estudiantes de la escuela secundaria en los años sesenta y cómo se dió su resistencia al golpe de 1964, centrándose en la trayectoria de jóvenes militantes de la Unión Jaguareense de Estudiantes Secundarios, la UJES. Amparada en la investigación de periódicos y en una metodología de investigación en Historia Oral, reconstruye, a partir de los recuerdos del amnistiado político Claudio Maria Ricardo - joven detenido y torturado por los militares a los diecisiete años de edad en Yaguarón – los esquemas represivos y instrumentos de control al sur de Rio Grande do Sul, así como el enfrentamiento al golpe protagonizado por los jóvenes, en este territorio que sería considerado Área de Seguridad Nacional. Este estudio tiene por objeto contribuir a la comprensión de un pasaje de la historia silenciada y poco reconocida por las fuentes oficiales: las experiencias de lucha y de resistencia al régimen militar en la frontera con Uruguay.

Palabras-claves: Dictadura, Movimiento estudiantil, represión, resistencia al golpe civil-militar.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. O Contexto histórico da deflagração do golpe civil-militar no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	18
CAPÍTULO 2. A Ditadura Militar, o movimento estudantil, suas lutas e a resistência ao golpe.....	29
CAPÍTULO 3. Jaguarão em meio ao golpe de Estado: A UJES e a memória do movimento estudantil através do relato de Claudio Maria Ricardo.....	37
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi marcado pelos 50 anos da deflagração do Golpe Civil-Militar,¹ de 1964. O golpe de 1964 acabaria culminando na instalação da Doutrina de Segurança Nacional e na caçada ao inimigo interno. Este golpe, efetivado pela elite orgânica local, em conjunto com militares, parte da igreja católica, e a sociedade conservadora em geral, mergulharia o país em uma ditadura que duraria mais de 20 anos.

Com o intuito de reativar a memória silenciada, diversas atividades marcaram os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Durante os eventos de descomemoração, foram realizados seminários, encontros, lançamentos de livros e atividades relacionadas ao Direito à Memória, por verdade e justiça. O período também foi marcado por atos simbólicos, em memória dos desaparecidos políticos, e pela entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade, com uma série de denúncias sobre a violação grave dos direitos humanos e recomendações para reformas institucionais e na legislação brasileira, a fim de fortalecer a democracia e promover ações de reparação.

Entre as atividades de descomemoração, em nível nacional e regional, organizados pelo setor público, universidade e pesquisadores, ativistas e entidades da sociedade civil, em Jaguarão aconteceu o evento intitulado “Tudo está gravado na memória: os 50 anos do golpe militar no Brasil”.

A atividade reuniu alguns dos principais pesquisadores sobre temas da Ditadura Militar do Rio Grande do Sul, entre professores universitários e pesquisadores de entidades organizadas da sociedade civil, com a participação especial de ativistas e ex-presos políticos, que lutam pelos direitos humanos, entre estes a uruguaia Yvonne Trías, que esteve presa por treze anos na Argentina e o jaguareense Cláudio Maria Ricardo, anistiado político, que militou no movimento estudantil da Escola Espírito Santo, foi perseguido e detido aos dezessete anos na cidade, sendo considerado o preso político mais jovem do Estado. Durante esse

¹ Termo empregado por Réne Dreifus. Segundo autor, analisar o contexto do regime autoritário no Brasil levando tão somente em conta a participação de militares é negar a ação de setores civis na promoção e na manutenção do golpe. **DREIFUS**, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.p.338

evento tive a oportunidade de escutar o relato dos perseguidos políticos e as torturas sofridas pelo Cláudio Ricardo e pela Yvonne Trías.

Posteriormente ao ter acesso a uma entrevista concedida a um jornal local, o Jornal Fronteira Meridional, do dia 26 de Março de 2014, que abordava a luta do movimento estudantil em Jaguarão, à luz dos anos sessenta, como discente do Curso de Licenciatura em História, da Unipampa, decidi dedicar-me a pesquisar este tema, tendo em vista a escassez de fontes sobre o período e ser esta uma passagem da História ainda negligenciada e distorcida pelas fontes oficiais e pelas políticas de desmemória.

Passei, então, a pesquisar notícias sobre a ditadura nas edições do Jornal A Folha, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), estabelecendo o recorte temporal entre os anos de 1964 à 1969. Tendo em vista as limitações desta fonte de pesquisa para o tema tratado e as complexidades do trabalho com fontes documentais, é necessário compreender as problemáticas de se trabalhar como arquivos. Ou seja, é necessário entender que os documentos e os próprios institutos ou órgãos que abrigam esses documentos, muitas vezes não estão preparados para a pesquisa, ou estão em condições precárias de condicionamento.² Durante o levantamento do jornal A Folha, do período de 1964-1969, é possível notar algumas ausências, com a falta de algumas edições do jornal.

Em certa medida, o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, buscou conservar e condicionar adequadamente os jornais, no entanto ainda é evidente a falta de pessoal e a necessidade de ampliação do espaço para um melhor acondicionamento do material. É possível notar rasuras e maus tratos aos documentos, por maior empenho que possa haver por parte dos funcionários, as condições para um condicionamento adequado ainda remontam à falta de recursos e de treinamento a população que geralmente busca pesquisar no IHGJ³.

Pesquisar a sociedade Jaguareense no período do golpe (64-69), foi uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo instigante. Inicialmente esperava encontrar mais fontes que citassem a atuação do movimento estudantil, mas isso acabou se tornando uma realidade um pouco distante, pois em diversos anos não se vê menção ao Movimento Estudantil ou a atuação de jovens estudantes nas fontes oficiais. Ainda assim é gratificante achar matérias que valeram o demandado esforço.

² **BACELLAR**, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 46.

³ Idem, PP.49-51

No entanto é necessário ter cautela, pois as fontes podem seduzir e atrair o pesquisador a equívocos. Ao se utilizar de certas fontes, é necessário ter atenção e buscar ter um referencial teórico que permita a firmeza ao se pesquisar, pois muitas vezes o que está escrito não pode ser encarado enquanto verdade absoluta.⁴

Optei por utilizar, também, a metodologia de pesquisa em História Oral, explorando os relatos do anistiado político Claudio Maria Ricardo e o contatei em busca de uma entrevista, que se concretizou no dia 14 de dezembro de 2016. Antes, porém, busquei estudar e observar os fatores necessários para a realização da entrevista com o anistiado Claudio.

A possibilidade de se trabalhar com a história oral permite um acesso à memória e à assuntos que o documento escrito muitas vezes não tem a capacidade de responder. Segundo Thompson, “a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos. Possibilitando a evidência dos fatos coletivos”⁵. A possibilidade de permitir o resgate da memória através da utilização do método de história oral permite o resgate de um passado recente. No entanto, antes de recolher o depoimento é necessário compreender que a prática de recolhimento da história oral se baseia em um método.

“Qualquer resposta ao desafio da história oral obrigatoriamente parte de alguns pontos:

- 1- É um ato premeditado, realizado segundo a orientação expressa em um projeto;
- 2- É um procedimento que acontece no *tempo real da apreensão* e que para tanto necessita de personagens vivos colocados em situação de diálogo;
- 3- Ao assumir-se como manifestação contemporânea, a história oral mantém *vínculo inevitável com o imediato* e isso obriga reconhecer o enlace da *memória com modos de narrar*;
- 4- A história oral ao valer-se da memória estabelece vínculos com a *identidade* do grupo entrevistado e assim remete à construção de *comunidades afins*
- 5- O espaço e o tempo da história oral, portanto, são o “*aqui*” e o “*agora*” e o produto é um *documento*;

⁴ **PADRÓS**, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. Tem e Argumento, Florianópolis, 2009.

⁵ **THOMPSON**, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

6- Como manifestação contemporânea, a história oral se vale dos *aparatos da modernidade* para se constituir, então, além de pessoas vivas reunidas para contar algo que lhes é comum, a *eletrônica* se torna meio essencial para realização”⁶

Em cerca de uma hora e meia de conversa por meio de contato telefônico, gravado com sua autorização e disponibilizado gentilmente para subsidiar a pesquisa, com uma entrevista previamente estruturada, Cláudio trouxe à tona suas lembranças de atuação junto a União Jaguareense dos Estudantes Secundários (UJES), a dura perseguição que sofreu com outros jovens no período de deflagração do golpe de 1964 e nos anos que se seguiram. Falou, também, sobre as redes de resistência e solidariedade do período, como, por exemplo, na cooperação para a travessia de militantes políticos que buscavam clandestinamente asilo no país vizinho, o Uruguai, cruzando o rio Jaguarão em pequenas embarcações, na calada da noite.

A memória é sem dúvida um riquíssimo material na tentativa de tentar remontar o passado. Para Jaques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.(...) A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade.”⁷

A década de 60 foi sem dúvida um período conturbado na história do país. Esse período se configurou principalmente pelo frágil governo de João Goulart e as consecutivas tentativas de golpe, até a concretização do golpe em 1964 e finalmente a sistematização e consolidação da Doutrina de Segurança Nacional pelos órgãos do regime, as prisões e as torturas. Ou seja, antes mesmo do golpe contra Goulart pode se visualizar o ambiente de instabilidade e insegurança que o Brasil viveu naqueles anos.

Por muito tempo, a história erudita apregoou a necessidade de afastamento do evento ocorrido para a produção do conhecimento científico, ou seja, aguardava-se um longo período até que essa documentação relacionada ao evento estivesse arquivada e catalogada. Todavia essa perspectiva se mostrou vazia em relação ao engajamento político ou ideológico quanto à análise de um evento ocorrido sob método de um trabalho científico. Segundo GASPAROTTO e PADRÓS, “O Estudo do passado recente perpassa as aulas de história (...) tem ocorrido como projeção da prática, cada

⁶ **MEIHY**, José Carlos Sebe Bom, **Holanda**, Fabíola. História Oral: Como fazer, Como pensar. E. Ed. – São Paulo:contexto, 2010. pp.14-15

⁷ **SILVA**, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.2d., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto,2009

vez mais recorrente e embasada em ampla divulgação midiática, de comemorações rememoração de certas efemérides (...), mas também pela força de determinados acontecimentos que geram interesse e necessidade de inteligibilidade mais imediata por parte dos alunos (o 11 de setembro das Torres Gêmeas é um exemplo clássico; em menor escala, a ocupação do Iraque, o governo Chavés e o ativismo fundamentalista também podem ser citados, entre outros”⁸. Ou seja, o historiador deve buscar responder as lacunas do passado, seja ele distante ou presente, através da sistematização, ordenação e esclarecimento do evento ocorrido através de método científico.

Para que possamos ter uma compreensão da abrangência do trabalho é necessário antes de tudo buscar expor o período através de uma explicação breve. Para isso é necessário entender os fatores e a disputa internacional entre dois principais blocos: O comunismo, liderado pela então União Soviética e os estados alinhados com o comunismo e o Capitalismo, liderado pelos Estados Unidos da América e seus países aliados. Essa disputa entre dois grandes blocos iria gerar repercussões que marcariam a história do Brasil e que acabariam desencadeando a vitória dos militares, setores industriais ligados ao capital internacional, e sociedade conservadora em geral. Durante esses anos o governo brasileiro participou ativamente no processo de silenciar algumas memórias, principalmente a memória de dissidentes políticos ao regime. Segundo Le Goff, tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”⁹

Portanto, este trabalho busca direcionar sua dimensão através da perspectiva da História Social por abarcar um caráter interdisciplinar capaz de dar ferramentas ao historiador na produção de seu trabalho. Ou seja, a História Social nos permite o uso antropológico de fontes ligadas a processos de repressão bem como “a prática e o debate metodológico em relação ao uso da técnica de história oral” Ao falarmos de História Social devemos antes de tudo referenciar o movimento dos *Annales* e a constituição de uma nova história capaz de ir de encontro as predominantes abordagens historiográficas tradicionais, ou seja, as abordagens ditas como rankianas. Graças a Bloch e Febvre, fundadores da revista e do movimento a história passou ser

⁸ **GASPAROTTO**, Alessandra, **PADRÓS**, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar em Sala de aula: Desafios e Compromissos Com o Resgate da História Recente e da Memória. IN. Ensino de História: desafios contemporâneos/ org. BARROSO, Véra Lucia Maciel. – Porto Alegre: EST: exclamação: ANPUH,2010

⁹ **LE GOFF**, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

vista como história-problema justamente por sua abertura às temáticas e aos métodos de outras disciplinas da ciência humana. A interdisciplinaridade da História Social abarca um constante aperfeiçoamento para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens na pesquisa histórica. A vaguidão de seu alcance está refletida na própria palavra “Social”, o que a torna mais indicada para o estudo do Movimento Estudantil durante o período de Ditadura Civil/Militar. Ou seja, “a oposição entre “individual” e “coletivo” que distingue a história social das abordagens anteriores. A ação política coletiva se constitui em seu principal objeto”.¹⁰

Em nível internacional a disputa entre os dois blocos: Capitalistas; e Comunistas, não iria ter grande importância até o ano de 1959 e a revolução cubana e que acabaria tornando Cuba uma importante aliada da União Soviética no continente americano.

Após a revolta em Cuba, os EUA buscaram impôr uma política de alianças e passou a financiar as elites locais dos estados americanos, no intuito de conter qualquer avanço do comunismo no continente. Essa posição favoreceu a elite brasileira que não tardou em se utilizar dessa postura para ela mesma eliminar o inimigo comunista no Brasil.¹¹

Em nível nacional, entre os anos iniciais de instabilidade política ao golpe e a instalação de órgãos repressivos contra o “inimigo interno” podemos dividir em três fases para um melhor entendimento: A primeira com o impedimento da posse de Jango em 1961 e a solução negociada com as elites através de um governo parlamentarista, até as consecutivas tentativas de golpe após o retorno do presidencialismo em 1963 e finalmente o golpe. Essa fase se expressa no período que vai de 1961 até 1964.

Para além da ideia da questão da ditadura e seus desdobramentos a nível nacional, é necessário também problematizar e buscar entender as particularidades que o Rio Grande do Sul e a cidade de Jaguarão estavam inseridos. Com isso é necessário entender que o Rio Grande do Sul acabou vivenciando uma experiência a parte do Brasil, mas ao mesmo tempo não tão distante da repressão no nível nacional. E Jaguarão, e algumas outras cidades, por fazer parte do Rio Grande do Sul e por estar no extremo sul do estado, justamente na fronteira com o Uruguai.

Durante esse período, Jaguarão acabou vivendo as particularidades de uma cidade de fronteira durante o período posterior ao golpe. Já em 1968, foi elevada a área de segurança nacional no intuito de frear a passagem de asilados políticos e acabar com

¹⁰ **CASTRO**, Hebe. História Social. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. 2ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER 2011

¹¹ **HOBBSBAWM**, Eric. “Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991” São Paulo : Companhia das Letras, 1995, p. 224.

a interação entre os contrários regimes no exterior com os que permaneciam no Brasil.

Com isso, Jaguarão está inserida na rede de conexões repressivas e associada à passagem de revoltosos ao regime, bem como também era utilizada para manter a comunicação dos grupos contrários ao regime, fora (UY) e dentro do Brasil. Enquanto não natural de Jaguarão, e ao vir residir na cidade para estudar história neste município através do SISU e do ENEM, por conta das políticas de expansão do ensino superior no país, jamais me passou pela cabeça o tenebroso passado do período ditatorial da cidade. Também não imaginava me deparar com tal realidade, justamente por ter cursado a maioria da minha graduação em outros projetos de pesquisa e extensão, como o LACUMA, Laboratório de Cultura Material e PIBID, Programa de Bolsas de Iniciação a Docência – Educação Patrimonial.

Foi através do estudo dos bens patrimoniais de Jaguarão que pude estudar a história da Enfermaria Militar de Jaguarão. Foi através deste trabalho que comecei a identificar a presença da Ditadura em Jaguarão e a utilização desse prédio para prisão e tortura de presos políticos. Antes mesmo ao golpe de 64, a enfermaria já era utilizada para detenção ou punição de militares alocados na fronteira do Rio Grande do Sul. Também com o trabalho da Elena Porto, que evidenciou a atuação do grupo dos 11 e do movimento estudantil que me interessei mais pelo assunto. A partir daí, pude ter acesso a uma vasta bibliografia que cita a importância do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Também foi através desses trabalhos que pude ver o quanto Jaguarão era citada como Área de Segurança Nacional e o seu papel na passagem de dissidentes ao regime. Cabe aqui citar o importante trabalho de pesquisadores como Enrique Padrós e Ananda Simões Fernandes, e revelaram a importância de Jaguarão no período.

Na busca pelos documentos necessários à pesquisa, pude encontrar no Jornal A Folha, a referência ao relato da prisão de estudantes e supostos integrantes do grupo dos onze, já citados pela Elena Porto, e conseqüentemente a relação que estes tinham com o contexto de resistência nacional ao golpe e ao regime imposto.

E foi através da observação da atuação da de uma entidade estudantil no período após o golpe e o seu rápido fim por conta da repressão, que nasceu a ideia de se fazer um trabalho voltado à ditadura civil-militar e ao movimento estudantil. Através desse estudo busquei demonstrar o empenho dos militares em extinguir qualquer foco contrário ao regime e a importância do movimento estudantil na cidade, antes do golpe, e nos primeiros dias após o golpe.

Assim, dividi o trabalho em três capítulos. O primeiro, que serve enquanto introdução e que faz referência à pesquisa bibliográfica realizada, tem como título, “O

Contexto histórico da deflagração do golpe civil-militar no Brasil e no Rio Grande do Sul". O segundo aborda aspectos do movimento estudantil antes e em plena ditadura militar, denominado como: **"A Ditadura Militar, o movimento estudantil, suas lutas e a resistência ao golpe"**. Nesse segundo capítulo realizei um apanhado geral da atuação da UNE e do movimento estudantil e sua atuação na resistência ao pré golpe e ao golpe . No terceiro capítulo, pretendo elucidar a memória do movimento estudantil através da coleta de fonte oral com o ex-preso político do período Claudio Maria Ricardo. O título do capítulo é **"Jaguarão em meio ao golpe de Estado: a UJES e a memória do movimento estudantil através do relato de Claudio Maria Ricardo"**.

Capítulo 1. O contexto histórico da deflagração do golpe civil-militar e as lutas do movimento estudantil no Brasil e no Rio grande do Sul.

1.2 Antecedentes e contexto geral do golpe.

O período da Ditadura Civil-Militar Brasileira¹² já vem sendo trabalhado há alguns anos, especialmente por pesquisadores(as) brasileiros(as), uruguaios(as), argentinos(as) e de outros países latino-americanos. Ou seja, muito foi feito, e vem sendo feito, seja através desses trabalhos científicos, desclassificação e liberação de parte dos arquivos, luta pela verdade e pela justiça, mobilizações sociais e de parentes de vítimas, além da crescente de cientistas interessados em trabalhar com a história recente e com temas como a ditadura¹³.

Para que possamos compreender este período sombrio da história do Brasil, precisaremos entender os fatores nacionais e internacionais que desencadearam a instalação e configuração de regimes autoritários pela América Latina. Com isso, poderemos perceber que a intervenção, realizada no Brasil, serviu de molde para outras ditaduras latino-americanas. Este modelo se configuraria inclusive pela atuação de agentes brasileiros em outros territórios, exportando as técnicas de repressão e tortura e, com isso, aperfeiçoando os laços entre as ditaduras na América Latina.

Também é necessário visualizar a importância do Rio Grande do Sul e sua relação com a nação vizinha, o Uruguai. Antes do golpe, o estado gaúcho já vivia uma atmosfera de resistência ao projeto conservador nacional com a campanha da legalidade¹⁴. Após a deflagração do golpe, o Rio Grande do Sul também se configuraria como a principal rota de fuga de dissidentes políticos do novo regime¹⁵. Assim, podemos observar que a região do Rio Grande do Sul esteve intimamente relacionada com o golpe, seja antes ou depois de sua deflagração.

Para entender a participação do movimento estudantil na resistência ao golpe e no pós-golpe, é necessário compreender, primeiramente, os antecedentes de sua atuação, como as pautas e mobilizações estudantis nacionais e no Rio grande do

¹² Termo empregado por René Dreifus. Segundo ele, analisar o contexto do regime autoritário no Brasil levando tão somente em conta a participação de militares é negar a ação de setores civis no golpe. **DREIFUS**, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981

¹³ **FICO**, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar." Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

¹⁴ **ROLIM**, Cesar. A Campanha da Legalidade: uma mobilização civil-militar em defesa do posse de João Goulart. Disponível em: <http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/a-campanha-da-legalidade-uma-mobilizacao-civil-militar-em-defesa-da-posse-de-joao-goulart/> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

¹⁵ **PADRÓS**, Enrique Serra, **MARÇAL**, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. IN Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre: corag 2009.v. 3, p.34.

Sul¹⁶. Também trataremos da importância do movimento estudantil de uma maneira mais ampla, no estado, para compreender e relacionar a trajetória da União Jaguareense de Estudantes Secundários, entidade extinta em 1964, objeto deste estudo.

A década de 1960 foi sem dúvida um período conturbado na história do país e um dos mais vergonhosos da nossa história. Esse período se configurou principalmente pelo conturbado governo de João Goulart e as consecutivas tentativas de golpe, até a concretização do golpe em 1964, e, finalmente, a sistematização e consolidação da Ditadura Civil-Militar e da promoção e organização dos aparelhos de repressão. Ou seja, antes mesmo do golpe contra Goulart pode se visualizar o ambiente de instabilidade e insegurança que o Brasil viveu naqueles anos. Este clima de instabilidade já seria experienciado quando da renúncia de Janio Quadros e o impedimento da posse de Goulart em 1961, o que seria revertido durante a campanha da legalidade.

Os fatores que levaram ao desencadear do golpe, que remontam a ação do bloco burguês¹⁷, e à ação de alguns militares, têm suas raízes na esfera internacional. Por isso, é necessário entender a disputa internacional do pós-guerra entre dois principais blocos: o comunismo, liderado pela então União Soviética e os estados alinhados com o Bloco Comunista, e o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos da América e seus países aliados¹⁸. Essa disputa entre dois grandes blocos iria gerar repercussões que marcariam a história do Brasil e que acabariam desencadeando a conquista do estado pelos militares, setores industriais ligados ao capital internacional e a sociedade conservadora em geral.

A disputa entre esses dois blocos se configurava pela busca da hegemonia ideológica, não no sentido de se limitar ao campo subjetivo, mas, muitas vezes, esse conflito ideológico se refletia no embate por maior espaço e poder de influência geopolítica, ou seja, se materializando em ações de ambas as nações. Essa disputa, no campo material concreto, através de conflitos militares indiretos, acabou gerando instabilidade política em muitos lugares do mundo no período.

Em nível internacional o conflito de interesses desses dois blocos, o capitalista, liderado pelos Estados Unidos e o Comunista, liderado pela União das Repúblicas Soviéticas, URSS, não teria elevado grau de importância para o cenário Brasileiro até

¹⁶ **SANFELICE**, José Luís. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64

¹⁷ **DREIFUSS**, R. A. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. P.230.

¹⁸ **MICHELENA**, José A. A Crise no sistema Mundial: Política e Bloco de Poder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977. Pp. 47-67.

o ano de 1959 e a revolução cubana, que acabaria implementando um regime socialista na ilha, e tornaria Cuba uma importante aliada da União Soviética no continente americano¹⁹. Cuba também passou a adotar uma política vanguardista revolucionária no continente.²⁰ Essa postura se traduz no financiamento econômico e de treinamento de pessoal para grupos guerrilheiros e com um alinhamento ideológico próximo do ideal cubano. Com isso, Cuba passou a exportar seu modelo de revolução para outras nações do continente latino e da África, através da guerrilha revolucionária.

Para os EUA, Cuba representava um perigo ideológico no continente da América Latina, pois inicialmente a revolução cubana não representava perigo para outras nações latinas e era vista até mesmo com bons olhos pela maioria do continente. No entanto, após 1961, o governo americano passou a adotar uma postura política que buscava deturpar a revolução cubana, acusando Cuba de ser comunista e incompatível com as nações latinas. No entanto, foi somente após 1962 que Cuba passou a representar perigo militar real, na perspectiva dos EUA, quando imagens aéreas comprovaram a presença de mísseis nucleares na ilha. Esse episódio ficou conhecido como a Crise dos Mísseis e quase levou o mundo a uma guerra termonuclear²¹.

Após a revolução em Cuba, e o fracasso dos planos para controlar a ilha, os americanos conseguiram identificar alguns equívocos em sua política de alianças no continente latino. A mudança na postura americana pode ser visualizada com a Aliança para o progresso, ou com a utilização das forças armadas em missões pacificadoras com enfoque social²². Os EUA já vinham buscando impor uma política de alianças, principalmente com os próprios militares latinos-americanos através da Escola das Américas, treinando oficiais latinos no Panamá. Também passaram a apoiar, ainda mais, a elite orgânica brasileira, no intuito de conter qualquer avanço do comunismo no continente. Essa posição favoreceu a elite brasileira que não tardou em se utilizar dessa postura para ela mesma eliminar o inimigo comunista no Brasil.²³ As raízes anti-comunistas são antigas e remontam a primeira república.²⁴

¹⁹ **FICO**, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. P.55 IN: FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta. ARAUJO, Maria. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1ª Ed - 2008.

²⁰ **CASTAÑEDA**, Jorge G. O crisol cubano. In: Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²¹ **FICO**, Carlos, op. cit., PP. 58

²² **FICO**, Carlos, op. cit., PP. 61

²³ MOTTA, Rodrigo P. S. EM GUARDA CONTRA O COMUNISMO NO BRASIL (1917-1964). São Paulo, 2000 (Tese de Doutorado, USP). PP 226-300

²⁴ MOTTA Rodrigo, op.cit, PP 16-70

A cooperação entre a elite local e os EUA se traduz em diversos episódios, antes, durante e depois do golpe no Brasil, o que demonstra o interesse norte americano em conservar o Brasil como um aliado contra os comunistas. Os investimentos em candidatura de governantes favoráveis ao alinhamento do Brasil com o EUA, com a passagem de mais de 5 milhões de dólares, na campanha parlamentar de 1962, o desencadear da Operação Brother Sam e o instantâneo apoio do governo americano ao novo regime após o golpe, demonstra o compromisso e o interesse dos Estados Unidos em apoiar a elite conservadora brasileira para, assim, implementar sua agenda no continente latino-americano.

Para a sua informação pessoal, as seguintes decisões devem ser tomadas, a fim de poder prestar assistência no momento adequado às forças anti-Goulart se for decidido que isto deve ser feito.

[...]

2. Envio imediato da força-tarefa naval para exercícios abertos fora do Brasil. A força consiste em dois navios de escoltas contratorpedeiro, navios tanque e de força-tarefa (todos esperados chegar cerca de dias mais tarde).

3. Mandar remessa de cerca de 110 toneladas de munição, outros equipamentos leves, incluindo gás lacrimogêneo para controle da multidão para a aérea de São Paulo (Campinas). Encaminhado será feito dentro de 24 a 36 horas.

[...]

Departamento de Estado, Telegrama secreto para Emb. Lincoln Gordon no Rio, 31 de Março de 1964. Disponível em

<http://www.documentosrevelados.com.br/midias/audio/documentos-desclassificados-lancam-luz-sobre-o-papel-do-governo-americano-no-golpe-de-1o-de-abril-de-1964/> acessado em 28.12.2016.²⁵

Para entender a complexidade e o envolvimento dos Estados Unidos, e o seu plano para desestabilizar o governo de João Goulart, é necessário entender as duas frentes que acabaram se conjugando na tomada de poder. Esses movimentos se

²⁵ Telegrama do secretário de Estado Dean Rusk. Nesse telegrama é informada Gordon a confirmação da decisão dos EUA em apoiarem os partidários anti-Goulart, utilizando se necessário forças militares americanas. A manobra teve a intenção de realmente intervir militarmente e de causar impacto psicológico nos partidários de Goulart. Original: For your personal information only, the following decisions have been taken in order to be in a position to render assistance at appropriate time to anti-Goulart forces if it is decided this should be done [...] 2. Immediate dispatch of naval task force for overt exercises off Brazil. Force to consist of aircraft two destroyer escorts, task force tankes (all expected arrive about for days later). 3 assemble shipment of about 110 tons ammunition, other light equipment including tear gas for mob control for air lift to São Paulo (Campinas). Lift would be made within 24 to 36 hours upon issuance final orders and would involve 10 cargo planes.

deram através de um “Plano de contingenciamento” e que visualizava as intenções americanas para o Brasil. Para os americanos o Brasil estava cada dia mais próximo de se tornar mais uma Cuba na América Latina ou, até mesmo, uma possível China Popular no continente americano. Esse temor acabou por mobilizar os setores estrangeiros e nacionais no intuito da derrubada de Jango.

É preciso, entretanto, identificar que existiam dois projetos de tomada de poder. Um financiado por setores civis e mobilizado pelo capital estrangeiro, através de um golpe ideológico midiático e que buscava desestabilizar o governo e disputar o poder através das urnas, nas eleições de 1965, em uma movimentação que se deu de modo intencional e organizado²⁶ e outro pouco antes das vésperas do golpe, com ações inicialmente desorganizadas e promovidas pelos conspiradores militares, e que acabou tomando o poder do estado com a saída de Jango da Presidência.

Em nível nacional, os fatores remontam a antes do governo de Goulart, entre os anos iniciais de instabilidade política ao golpe e a instalação de órgãos repressivos contra o “inimigo interno”. Podemos dividir em três fases para um melhor entendimento. A primeira, com o impedimento da posse de Jango em 1961 e a solução negociada com as elites através de um governo parlamentarista, até as consecutivas tentativas de golpe após o retorno do presidencialismo em 1963 e, finalmente, o golpe. Essa fase se expressa no período que vai de 1961 até 1964. Antes mesmo do golpe militar em 31 de março de 1964, com o deslocamento de tropas, os setores da sociedade civil, ligados ao capital financeiro internacional já vinham trabalhando pela derrubada de Goulart. Esse temor de haver uma “esquerdização” e até mesmo uma possível ditadura do proletariado incentivou o avanço dos setores conservadores da sociedade contra os comunistas e o inimigo interno. Essa mobilização acabou por se materializar no golpe em 64, pois os oficiais do período também estavam temerosos do Brasil nas mãos dos comunistas.

Esse temor da elite e dos militares ligados a burguesia industrial brasileira e sociedade conservadora em geral, foi alimentado por diversos eventos desencadeados durante o breve governo de Goulart e até mesmo antes dele. O próprio fato de Goulart estar na República Popular da China, durante a renúncia de Janio Quadros, já bastava para alimentar as suposições sobre o seu alinhamento com o comunismo internacional. Esse temor à ameaça comunista é bastante anterior a Goulart, mas é através desse argumento que os seus opositores tomam o poder.

²⁶ **FICO**, Carlos. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 78-89.

Após conseguir superar a crise, Jango conseguiu negociar com os políticos e retornou ao poder, mas com outro sistema, o sistema parlamentarista. Permaneceu no poder através do sistema parlamentarista até 1963, ano em que ficou acordada a realização de um plebiscito para decidir se retornava ao sistema presidencialista ou se mantinha o parlamentarismo. Através de consulta a população brasileira decidiu com quase 90% de votos em favor de se retornar o sistema presidencialista, com plenos poderes ao presidente da república. Foi através desse apoio e de pesquisas como a do Ibope que apontava 45% de apoio, caso fosse candidato a presidência em 1965, que Jango começou a realizar as reformas de base²⁷. Foi durante esse período que se aprovou a LDB, que foi criada a Eletrobrás e inaugurada a UnB.



Foto 1: 06 de Janeiro de 1963, O retorno do presidencialismo. Da direita para a esquerda, Dep. Tancredo Neves, Gen. Amaury Kruel, Pres. João Goulart, Dep. Ranieri Mazzilli, Dep. Auro de Moura Andrade. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/o-retorno-do-presidencialismo/>> acesso em. 15.12.2016.

Goulart herdará um período de desenvolvimento impulsionado pelo populismo e também as dívidas da modernização brasileira feitas por Juscelino Kubitschek. Com isso, ao assumir, Jango tentou estabilizar a economia mas os resultados do plano trienal não corresponderam às expectativas. Com isso, o própria direita, se utilizando de um complexa rede de propaganda, através do IPES²⁸ e do IBAD²⁹, alimentado com capital estrangeira, acabou minando aos poucos o seu governo. Nesse mesmo

²⁷ Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2003/ju204g03.html>, Acesso em: 10 de novembro de 2016.

²⁸ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

²⁹ Instituto Brasileiro de Ação Democrática

período as disputas políticas, inflação, greves e as conspirações serviram para a desestabilização.³⁰

Outros fatores como: a campanha da legalidade e sua mobilização civil-militar, as reformas de base³¹, entendidas, como uma série de medidas para o desenvolvimento do Brasil (entre as quais vale destacar a Reforma Agrária e a Reforma do Ensino Superior), o comício em frente à Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, a declaração da estatização das refinarias de petróleo privadas, a desapropriação de terras, a anistia para os marinheiros revoltosos de 1964, enfim, várias ações progressistas de Jango, acabaram por alinhar os setores conservadores brasileiros contra o seu governo.

A segunda fase, por sua vez, se detém no período que corresponde ao golpe por parte dos militares e apoiadores do regime. Nessa fase, grande parte da população e até a grande maioria dos militares, acreditava em uma ditadura breve, que estaria caracterizada pelo próprio termo: “intervenção Militar”, ou seja, um prevê período. Tal “intervenção” buscava dar caminho para as eleições gerais em 1966 e o que de fato não ocorreu. Essa fase se expressa nos anos de 1964 até 1966, pois durante esse período grande parte da população acreditava que a intervenção seria breve³².

Esses anos foram marcados pela administração de fachada do presidente da Câmara Federal, Raniere Mazzilli, que acabou se tornando presidente interino, ao empossamento do primeiro militar no poder do executivo, Alencar de Castelo Branco, e a vitória da “linha dura”, em 1966, com o AI-2. Ou seja, durante essa fase o regime e as ações de repressão aos inimigos do estado estavam à margem da sociedade, carecendo assim de instrumentos jurídicos mais aperfeiçoados como visto no AI-2 e aos que viriam na sequência com o aperfeiçoamento do aparato repressivo e de controle do estado. Com o passar dos anos, o aparelho repressivo vai se aperfeiçoando e buscando agir oficialmente através de órgãos do estado. É comum encontrar na documentação, ou até a inexistência dessa documentação, durante os anos de 1964 até 1966, a falta de informações sobre a prisão e sobre a soltura de “subversivos”. Ainda incorrem relatos de pessoas que foram presas nesse período e que não conseguiram comprovar a sua prisão.

³⁰ **MENDONÇA**, Sônia. A Industrialização Brasileira. Moderna, 1996, p. 07.

³¹ **TOLEDO**, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.17.

³² **DAMIN**, Cláudio Júnior. As duas fases do governo Castello Branco. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3658, 7 jul. 2013. PP. 1. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24844>>. Acesso em: 12 dez. 2016

Durante o que chamaríamos de terceira fase, por fim, o caráter ditatorial do regime acaba recebendo aspectos mais evidentes na sociedade brasileira, e denota-se o recrudescimento do regime, principalmente para aqueles que foram perseguidos nesse primeiro período. Esses aspectos se traduzem pelo prolongamento da intervenção militar, com a edição do segundo Ato Institucional e o fim das eleições gerais em 1966, e, conseqüentemente, o fim da esperança na possível retomada da democracia, com a prorrogação do mandado de Castelo até 1967. O AI-2 também dava plenos poderes para que Castelo, junto aos apoiadores do regime, concretizasse a ditadura de Segurança Nacional no país.

Entre os avanços autoritários do Ato Institucional sem numero para o AI-2 estão a possibilidade de ampliação dos Atos do regime, a possibilidade de decretar estado de sítio por até 180 dias, a eleição indireta pelo Congresso Nacional para Presidência; a suspensão dos direitos a vitaliciedade, a inamovibilidade e estabilidade dos servidores públicos contrários ao regime por tempo indeterminado; a suspensão de mandado de políticos e a perda dos direitos políticos por até 10 anos.³³ Esse período é caracterizado pelo recuo dos militares mais moderados, ou como alguns chamam de castelistas, para os militares “linha dura”. É bom enfatizar, contudo, que o discurso da “ditabranda” e da “ditadura”³⁴, no sentido de maior ou menor repressão, é um equívoco, ou seja, não se sustenta, pois, em sua fase inicial, também existem relatos de perseguições e mortes³⁵.

É possível identificar que ainda no governo de Castelo Branco a ditadura brasileira da década de 60, já ganhava contorno de uma ditadura mais duradoura que uma pequena intervenção. Caracterizamos assim, para um melhor entendimento, essas três fases no contexto nacional: Pré golpe (61-64); A intervenção e os anos iniciais ao golpe (1964-1966); e a consolidação da ditadura-civil militar (1966-1967) com o fim da administração de Castello, como primordiais para entendermos o período a que este trabalho busca abordar.

Para além da ideia da questão da ditadura e seus desdobramentos a nível nacional é necessário, também, problematizar e buscar entender as particularidades do Rio Grande do Sul. Neste caminho, aponta-se que o Rio Grande do Sul acabou vivenciando uma experiência à parte do Brasil, mas ao mesmo tempo não tão distante

³³ **ALVES**, Taíara Souto. Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de Segurança Nacional (1964-1978). Porto Alegre, 2009. pp 41 - 44.

³⁴ **TOLEDO**, Caio Navarro. CRÔNICA POLÍTICA SOBRE UM DOCUMENTO CONTRA A “DITABRANDA”. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 17, Nº 34 : 209-217 OUT. 2009. pp 1-11

³⁵ **MAUÉS**, Flamarion. Os livros de denúncia de tortura após o golpe de 1964. Seminário brasileiro do livro e história editorial, II. 2009. p.51

da repressão no nível nacional. E Jaguarão, e algumas outras cidades, por fazerem parte do estado gaúcho e por estarem no extremo sul, justamente na fronteira com o Uruguai, tem seu passado marcado pelo período ditatorial .

Como já havia mencionado, em 1961 o presidente Janio Quadros renuncia ao seu cargo. Tal ato iria gerar uma crise sem precedentes na história do Brasil, mas iria influenciar na situação do estado do Rio Grande do Sul até o final da ditadura.



Foto 2: O então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e brigadianos entrincheirados em frente ao palácio Piratini. Disponível em: <<http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/barricadas-e-trincheiras/>> acesso em. 15.12.2016.

Nesse período, o cunhado de João Goulart, o então governador Leonel Brizola, importante liderança do PTB, ao tomar conhecimento dos planos para buscar impedir a posse de Jango, começou a mobilizar a população e militares simpatizantes³⁶ do estado gaúcho contra a ilegalidade, promovendo assim a Campanha da Legalidade, que acabaria ganhando apoio em outros estados do Brasil. Para isso, emitiu ordens para a Brigada Militar de entrincheirar o palácio Piratini e resistir ao golpe.

A campanha da legalidade buscou através da Rádio Guaíba (Rádio da Legalidade) encampar uma batalha em favor da manutenção da ordem jurídica. A constituição garantia a posse de Jango, pois uma vez renunciado o presidente, assumiria, assim, o vice. Em contrapartida, oficiais militares tentavam ir de encontro à

³⁶ ROLIM, César de Assis. AS RELAÇÕES DE LEONEL BRIZOLA COM OS SETORES SUBALTERNOS DAS FORÇAS ARMADAS ENTRE 1959-1964. In. AVILA, Vladimir Ferreira.V Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (2007 : Porto Alegre, RS). Anais : Produzindo História a partir de Fontes Primárias / org. – Porto Alegre, 2007.pp 301-310.

campanha da legalidade, defendendo o rompimento da ordem jurídica, através da convocação de novas eleições.

A crise, que teve seu início em 25 de agosto de 1961, começou a mobilizar uma massa cada vez maior da população, que passou a se concentrar em frente ao Palácio Piratini. Em contrapartida, os militares de oposição emitiram ordens para o III Exército para conter o movimento legalista no Rio Grande do Sul. No entanto, o General Machado Lopes acaba aderindo ao movimento, se sublevando e opondo-se às forças antilegalistas. No dia 29, novas ordens são emitidas, mas dessa vez as forças da base aérea de Canoas foram convocadas com a missão de bombardear o Palácio Piratini e encerrar, assim, o movimento legalista. Após rápida mobilização das forças do III Exército a base foi invadida e o Brigadeiro Aureliano Passo foi destituído do seu cargo.



Foto 3: Tropas do III exército em posse de um canhão Antiaéreo 40mm M1 no Parque da Redenção em Porto Alegre-RS. - Foto: José Abraham. Disponível em: <http://www.deolhoseouvidos.com.br/2011_fotos/LEGALIDADE-ESPANHOL-REDENCAO-1.jpg> acesso em. 15.12.2016.

Em Goiás, o Governador do estado, Mario Borges, acaba aderindo à campanha e, com isso, possibilitando o avanço da rede da legalidade alimentada pela rádio Guaíba. Rapidamente, o movimento ganha corpo e começa a se espalhar pelo Brasil. Concomitantemente a toda essa situação o congresso vinha tentando achar uma solução pra a crise, até que o caminho foi aprovar uma emenda à constituição que permitia o retorno do parlamentarismo, o que acabou limitando em certo grau o poder de João Goulart. Os militares revoltosos acabam por aceitar a proposta de Tancredo Neves, que acabou realizando toda a frente de buscar resolver o impasse de maneira política.

O movimento legalista acaba saindo vitorioso, pois conseguiu unificar a população e alguns militares para a posse de Jango. No entanto tal ação ficaria gravada na memória dos oficiais contrários a posse de Jango e posteriormente, antes mesmo do golpe, e durante ele, o estado do Rio Grande do Sul iria receber atenção especial dos militares. Tais medidas acabam se tornando evidentes quando da tentativa de reeditar a campanha da legalidade³⁷.

Quando não mais foi possível conter a onda avassaladora da Ditadura Civil-Militar, que mergulhou o país em um estado de exceção por mais de vinte anos, em todo o território nacional também aconteceram focos de resistência. A juventude e os estudantes, em especial, unidos a outros movimentos sociais e da classe trabalhadora protagonizaram uma grande frente de oposição ao regime ditatorial. É o que veremos a seguir.

Capítulo 2. O movimento Estudantil, suas lutas e a resistência ao golpe

³⁷ WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. IN. PADRÓS, Enrique Serra, BARBOSA, Vânia M., LOPEZ, Vanessa Albertinence, FERNANDES, Ananda Simões. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. CORAG: Porto Alegre. 2009.

O movimento estudantil no Brasil sempre teve um papel de vanguarda na luta por direitos e pelo avanço social e científico do país. Talvez seja impossível precisar um marco exato do início da participação do movimento estudantil e sua importância na vida nacional, e nem cabe aqui neste trabalho de conclusão essa complexa tarefa, no entanto, buscamos evidenciar o início de sua atuação em pleno século XX. Compreender toda a história do movimento estudantil até o golpe de 1964 é uma tarefa que exigiria um estudo muito mais aprofundado, com um número maior de fontes. Ou seja, não cabe aqui evidenciar todos os aspectos e disputas internas do movimento estudantil até a efetiva deflagração do golpe.

Em 1901, a entidade pioneira de representação estudantil no Brasil é criada através da FEB³⁸, e teve curto período de duração. Já em 1910, o movimento estudantil já participava de congressos e mobilizações³⁹, buscando, assim, conscientizar a população brasileira dos assuntos concernentes a uma sociedade progressista.

O clima de disputas nacionais e internacionais, entre os movimentos populares e os atrelados à sociedade conservadora em geral buscam refletir seus projetos ideológicos através do Movimento Estudantil. Em 1934, os estudantes se organizaram em entidades, cada uma com seu grau de alinhamento político, como a Juventude Comunista, Juventude Integralista, Federação Vermelha dos Estudantes e a União Democrática Estudantil⁴⁰. As disputas político-ideológicas entre essas entidades acabam por evidenciar o papel do movimento estudantil em nível nacional e, com isso, a necessidade de se ter uma entidade capaz de representar o montante da categoria estudantil.

Em 1937, às vésperas do Estado Novo, é fundada a UNE, União Nacional de Estudantes⁴¹, órgão de representação estudantil que marcaria a história do país através de suas lutas e de suas mobilizações pelo direito de uma educação livre e universal para todos os brasileiros. Essa entidade foi formada após a necessidade de se enviar representação estudantil no congresso da *Confédération Internationale des Étudiants*, sediada em Bruxelas. A CEB, Casa do Estudante do Brasil, em vista da necessidade de enviar representantes para o congresso internacional e em virtude da própria necessidade de representação nacional realizou eleições para o CNE⁴², ou seja, a UNE nascia como um órgão da CEB.

³⁸ FEB, Federação de Estudantes Brasileiros.

³⁹ SANFELICE, José Luís. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. PP.11

⁴⁰ NOVAIS, Regina. Juventude: políticas Públicas, conquistas e controversias.. In: Jose Oscar Beozzo e Cecília B. Franco. (Org.). Juventudes em Foco.. 1ed.São Paulo: PAULUS, 2013, v. 1, pp. 39-74.

⁴¹ SANFELICE, José Luís. op. cit., p.. 11

⁴² CNE, Conselho Nacional de Estudantes, órgão ligado a CEB.

No período de 1939-45, na Segunda Guerra Mundial, os estudantes brasileiros buscaram se posicionar contra o nazi-facismo e, com isso, pressionaram o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, para se posicionar contra o Eixo e contra os simpatizantes dos ideais nazi-facista no Brasil. Em 1942, o clima de tensão entre os simpatizantes do nazi-facismo e os contrários, acaba por promover verdadeiras batalhas épicas em meio as ruas do país. Em meio ao conflito, os estudantes ocupam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, local conhecido por abrigar militantes nazi-facistas no Rio de Janeiro.⁴³ As manifestações estudantis acabaram se tornando decisivas na posição do país na guerra e, com isso, o Brasil declara guerra ao Eixo. Getúlio Vargas torna o local onde era o Clube Germânia, sede oficial da UNE e é nesse mesmo ano que o governo oficializa a UNE como entidade representativa dos estudantes Universitários brasileiros. Entre os anos de 1946 e 1953, os estudantes encamparam a luta pela nacionalização das reservas de petróleo e a UNE teve importante papel nessa luta através da campanha “O Petróleo é Nosso!”⁴⁴.



Em 1942, estudantes protestam contra as forças fascistas durante a Segunda Guerra mundial. O movimento estudantil mobilizou alunos, professores e intelectuais dentro e fora das universidades em oposição aos regimes de Hitler e Mussolini. A UNE também participou de campanhas para doação de sangue aos campos de batalha.

Foto 4: Estudantes protestando contra as forças fascista. Disponível em <http://www.une.org.br/fotos/page/2/> acessado em 29.12.2016

Ou seja, a UNE, assim como o movimento estudantil no Brasil, teve importante participação na ideia de um país livre das influências estrangeiras, um país progressista, que buscasse reparar as diferenças sociais. Com isso podemos visualizar que o movimento estudantil matinha um papel de vanguarda e de luta por

⁴³ **MULLER**, Angélica. **REZENDE**, Tatiana. Praia do Flamengo, 132 : histórias e memórias; Tatiana Rezende. - 1. ed. - São Paulo: Letras Jurídicas, 2011. pp.13-18

⁴⁴ Idem. pp. 31-36

direitos, pois até então a UNE havia se expressado com a maioria de suas administrações com um viés de esquerda.⁴⁵

Esse cenário se manteve até 1949 quando setores da direita, ou seja, “Estudantes Democráticos”, passaram a disputar o ME e com isso buscam se organizar e formar a CAD (Coligação Acadêmica Democrática). Já em 1950 a direita passa a controlar a organização a UNE. Esse período se caracteriza pela mudança de postura combativa da entidade. Os estudantes democráticos buscavam principalmente a melhoria do ensino e a aproximação de entidades como os DCEs e os DAS.⁴⁶

É possível perceber que as disputas no movimento estudantil remontam até mesmo a formação de entidades como a UNE e UBES. Isto é, no período anterior ao golpe a disputa entre entidades de esquerda e de direita foram se configurando.

A Imprensa brasileira desempenhou um papel taxativo nesse embate. É nesse período que surge os “Estudantes Subversivos” e os “Estudantes Democráticos, os primeiros ligados à esquerda e o segundo mais atrelado à direita brasileira. Os estudantes subversivos geralmente eram retratados como baderneiros e agitadores sociais e em contrapartida os estudantes democráticos representavam o bem, a sensatez, o diálogo.⁴⁷

Na deflagração da intervenção civil-militar de 1964, principalmente sob um regime autoritário, o movimento estudantil brasileiro buscou, através de mobilizações nacionais e regionais, estratégias para se contrapor ao regime. Ainda durante o ano de 1961, na primeira tentativa de golpe à posse de Jango, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual de Estudantes (UEE) e a União de Estudantes Secundaristas (UES), encampou a frente das mobilizações contrárias aos golpistas. As mobilizações que se deram pela categoria estudantil acabavam por impôr um relevante protesto aos ministros militares que não permitiam a posse de Jango. A renúncia de Janio Quadros em 25 de agosto de 1961 iria inaugurar um período de grandes mobilizações estudantis em nível nacional nesse período⁴⁸. A posição da UNE pode ser visualizada no seguinte manifesto:

“A Constituição brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as

⁴⁵ **MATTOS**, Andre Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 402 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013. pp.81-91.

⁴⁶ Idem. pp.123-135

⁴⁷ **BRAGHINI**, Katya. **CAMESKI**, Andrezza. “ESTUDANTES DEMOCRÁTICOS”: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE “DIREITA” NOS ANOS 1960 Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015.pp. 946-958.

⁴⁸ **TOLEDO**, Caio Navarro, O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo, Brasiliense, 2004.p.16.

primeiras horas da crise, a União Nacional de Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do Regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes não de resistir. [...]

Conclamamos o povo e, particularmente os estudantes, para que se mantenham vigilantes. Infelizmente, cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos.

A CONSTITUIÇÃO DEVE SER DEFENDIDA!

POVO E ESTUDANTES DO BRASIL, UNIDOS PELA

CONSTITUIÇÃO! UNIDOS PELA LEGALIDADE” (Castilho, s.d.).⁴⁹

Em 1961, em apoio à posse de Jango, a UNE muda temporariamente sua sede, no Rio de Janeiro, para a cidade de Porto Alegre, onde passou a coordenar o movimento estudantil nacional. Ali, os estudantes desempenharam importante participação na “Campanha da Legalidade”⁵⁰. Ainda nesse período a sede da UNE no Rio de Janeiro é fechada pela polícia do então governador do Rio Carlos Lacerda. A postura vanguardista demonstrava o espírito de modernizar o país, principalmente levando em consideração os investimentos em educação. Antes mesmo do golpe e da campanha da legalidade a UNE passou a encampar a luta pela cultura incentivando o Centro Popular de Cultura (CPC), que buscava democratizar o acesso à cultura no país.⁵¹

Outro projeto interessante foi a “UNE-Volante”⁵². Esse projeto da executiva, buscava permitir o acesso à base estudantil brasileira e seu principal foco foi levar a diretoria da UNE e membros do CPC às principais capitais do país. Com isso, se pretendia contribuir para sistematizar a realidade da educação nos diferentes municípios visitados. Também se buscou levar às cidades as proposições do seminário de Curitiba. A tese mais defendida foi a greve de 1/3 e que buscava tornar a representação estudantil nas universidades equiparada com a dos docentes e técnicos, ou seja, um terço dos cargos de representação para cada categoria. Até os dias de hoje essa tese é defendida, mas sem maiores avanços.

A UNE, então, passou a realizar seminários nacionais no intuito de debater a sociedade brasileira e buscar, assim, soluções para os problemas do país. É durante

⁴⁹ CASTILHO, s.d. Apud. **SANFELICE**, José Luís. op. cit., PP. 19

⁵⁰ **SANFELICE**, José Luís. op. cit., PP. 19

⁵¹ **MATTOS**, Andre Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 402 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013. pp.308-317.

⁵² **SANFELICE**, José Luís. op. cit., PP. 40

esse período que foram publicadas as cartas de Salvador e a do Paraná. Entre as demandas levantadas pelos estudantes estava a participação dos estudantes em órgãos colegiados na proporção de 1/3, algo que até hoje a entidade não conseguiu, também buscaram encampar a reforma universitária. A partir dessas, entre outras pautas, a UNE decreta greve geral nacional, paralisando a maioria das universidades no país, além de ocupar a sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro.⁵³

No 1º de Abril de 1964, a UNE acabou sofrendo um violento ataque à sua sede no Rio por movimentos anticomunistas⁵⁴. Esse período inaugura uma fase de tentativa de desarticular o Movimento estudantil no Brasil. Ainda em 64, o governo militar edita a Lei Suplicy de Lacerda⁵⁵, que acabava colocando a UNE, UEES e UES na ilegalidade e colocava o Diretório Nacional dos Estudantes como órgão de representação dos estudantes brasileiros.



Foto 5: Ataque à sede da UNE logo após o golpe de 1964. Disponível em < <http://www.une.org.br/fotos/page/2/>> Acessado em 29.12.2016

No ano em que a sede da UNE foi atacada, quem comandava a entidade era a Ação Popular, AP, órgão inicialmente ligado à Juventude Universitária Católica, JUC, e à Juventude Estudantil Católica, JEC, organizações que representavam a atuação da igreja católica e a Ação Católica Brasileira. Posteriormente, após desentendimentos

⁵³ **MATTOS**, Andre Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 402 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013. pp.320-3326.

⁵⁴ **BORTOT**, Ivanir José; **GUIMARAENS**, Rafael. Abaixo a Repressão!: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas. Porto Alegre, Libretos, 2008. P 16

⁵⁵ **KONRAD**, Diorge Alceno, **LAMEIRA**, Rafael Fantil. LIMA, Mateusda Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In: **PADRÓS**, E. S. Cone Sul em Tempos de Ditadura reflexões e debates sobre a História Recente. Evangraf, 2013.

com a cúpula da igreja católica pois, segundo eles, essa entidade não representava o pensamento cristão autêntico, a AP estava voltada para um viés mais à esquerda, enquanto a JEC e a JUC partilhavam de um viés de centro esquerda e direita.⁵⁶

Ainda durante o período da ilegalidade, a UNE passou a convocar greves gerais contra a Lei Suplicy e contra a repressão. Quanto mais reprimido era o Movimento estudantil brasileiro, mais ele mobilizava estudantes pelo país. Com o alinhamento do regime ditatorial brasileiro e a assinatura do acordo MEC-Usaid, que previa a privatização das universidades brasileiras, a entidade se colocou totalmente contrária a esse acordo. Em junho de 1966 a entidade buscou realizar o seu 28º Congresso clandestinamente, em Minas Gerais, no porão de uma igreja em Belo Horizonte, para eleger Jorge Luiz Guedes, mineiro, para representar os estudantes, na liderança da entidade. Em 1967, novamente se reúnem ilegalmente em São Paulo, na cidade de Valinha para eleger José Luis Travassos, paulista, para representar a entidade.



Foto 6: Velório do estudante secundarista Edson Luis. Disponível em <<http://www.une.org.br/fotos/page/2/>>. Acessado em 29.12.2016

Em 1968, com as grande mobilizações nacionais, a luta da UNE contra o regime se intensifica e é assassinado o estudante secundarista Edson Luis⁵⁷. A morte do estudante acaba mobilizando variados setores da sociedade civil, que passaram a se fazer presente nas mobilizações em repúdio ao assassinato do jovem. No Rio, a mobilização ficou conhecida como a Passeata dos 50mil e que acabou inspirando ainda mais setores da sociedade civil⁵⁸. Durante a missa de sétimo dia, outra mobilização foi realizada, mas foi violentamente reprimida pela Polícia Militar (PM). Tal

⁵⁶ **MATTOS**, Andre Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 402 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013. pp.257-287.

⁵⁷ **GORENDER**, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo, Ática, 2003. p. 160

⁵⁸ **CARMO**, Paulo Sérgio do. Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2003.p. 86.

episódio ficou conhecido como “Sexta-feira Sangrenta”, onde se contabilizou mais quatro mortes e muitos feridos, tanto civis como também militares.

Ainda durante 1968, buscou se organizar o 30º Congresso da entidade na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. **Mesmo** com um forte esquema de segurança e buscando manter o sigilo do congresso para as entidades, o exército e a polícia cercaram o local, e prenderam os estudantes. **Mesmo** com as principais lideranças estudantis presas, o movimento não cessou⁵⁹.

Na realidade, o movimento estudantil passa a se radicalizar ainda mais a partir do aperfeiçoamento da Doutrina de Segurança Nacional e sua atuação por órgãos repressores. Setores do movimento estudantil, desacreditados na luta política passam a adotar outra estratégia, a estratégia seria a luta armada. Quando observado que após diversas tentativas de eliminar o movimento estudantil, ou até mesmo cooptá-lo, seja através de financiamentos para grupos “democratas” ou pelas ações repressivas, militantes mais radicais visualizaram na luta armada uma saída. Essa realidade não se traduz em todo o montante do movimento estudantil, sendo que alguns setores buscaram permanecer na luta política.⁶⁰

E é nesse contexto que a União Jaguarense dos Estudantes Secundários (UJES) se inseriu, até a sua extinção, por conta da forte repressão militar, em 1964. Jaguarão, cidade fronteiriça, acabou vivendo as particularidades de uma cidade de interior e, ao lado do Uruguai, relacionou-se com as diversas facetas do regime militar. Já em 1968, foi elevada à Área de Segurança Nacional, no intuito de freiar a passagem de asilados políticos e acabar com a interação entre os contrários ao regime no exterior e no país.

A perseguição e extinção da UJES, entidade representativa da categoria estudantil secundarista na cidade, demonstra o elevado grau de preocupação que o regime militar tinha em relação à fronteira. Atualmente, temos o trabalho de conclusão de curso de Elena Porto, “Em busca das fontes perdidas”, que acabou identificando a atuação desta entidade no período. Ao encontrar, posteriormente, em um jornal local, a notícia da prisão de seus integrantes, interessei-me por aprofundar o tema e buscar responder as seguintes questões: como o movimento estudantil, em Jaguarão, resistiu ao golpe civil-militar? Quais ações de contraponto ideológico ao regime militar os jovens do período poderiam ter realizado? Qual seria a participação e a atuação dos integrantes do movimento estudantil frente às ações repressivas do Cone Sul? Teriam

⁵⁹ **GASPARI**, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.325.

⁶⁰ **VECHIA**, Renato. A UNE no contexto da ilegalidade e da luta armada. In: **PADRÓS**, Enrique. CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recent. – Porto Alegre: Evangraf/ UFRGS, 2013. pp.123-132.

auxiliado na passagem e no exílio de militantes políticos que fugiam em direção ao Uruguai?

A pesquisa de notícias nos jornais da época, e também o trabalho de buscar informações em suas entrelinhas, o “não-dito”, o “não-registrado pelas fontes oficiais”, de forma aliada à metodologia de pesquisa em História Oral, ajudaram-me a reconstruir parte da história deste período. O encontro e os registros das memórias do anistiado político Claudio Maria Ricardo, jovem preso e torturado pelos militares aos dezessete anos em Jaguarão, foram fontes valiosas para o desenvolvimento da pesquisa. A narrativa de suas vivências na Jaguarão dos anos sessenta e as experiências de violência pelas quais passou, como jovem militante de esquerda, forneceram dados sobre os esquemas repressivos e os instrumentos de controle, ao sul do estado gaúcho, empreendidos pelos militares. Permitiram que se visualizasse também, como se deu o enfrentamento ao golpe, protagonizado pela juventude, nesta faixa que viria a ser considerada área de segurança nacional. Aqui também aconteceram experiências de luta e resistência ao regime militar.

Capítulo 3. Jaguarão em meio ao golpe de Estado: a UJES e a memória do movimento estudantil através do relato de Claudio Maria Ricardo

No ano de 2014, diversas atividades marcaram os 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Entre os eventos de descomemoração, organizados pelo setor público,

universidades, pesquisadores, ativistas e entidades da sociedade civil, foram realizados seminários, encontros, lançamentos de livros e atividades relacionadas ao Direito à Memória, por verdade e justiça. O período também foi marcado por atos simbólicos, em memória dos desaparecidos políticos, e pela entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade, com uma série de denúncias sobre a violação grave dos direitos humanos e recomendações para reformas institucionais e na legislação brasileira, a fim de fortalecer a democracia e promover ações de reparação.

Em Jaguarão, o evento intitulado “Tudo está gravado na memória: os 50 anos do golpe militar no Brasil”, foi organizado pela Prefeitura Municipal de Jaguarão e Curso de Licenciatura em História, com apoio do Instituto Mário Alves, SIC, MNLM, e Comitê pela Memória, Verdade e Justiça, de Pelotas e Região. A atividade reuniu alguns dos principais pesquisadores sobre temas da Ditadura Militar do Rio Grande do Sul, entre professores universitários e pesquisadores de entidades organizadas da sociedade civil, com a participação especial de ativistas e ex-presos políticos, que lutam pelos direitos humanos, entre estes a uruguaia Yvonne Trías, que esteve presa por treze anos na Argentina e o jaguarense Cláudio Maria Ricardo, anistiado político, que militou no movimento estudantil da Escola Espírito Santo, foi perseguido e detido aos dezessete anos na cidade, sendo considerado o preso político mais jovem do Estado.

Neste momento, ao escutar o seu relato no evento e ter acesso a uma entrevista concedida a um jornal local, que abordava a luta do movimento estudantil em Jaguarão, à luz dos anos sessenta (e a perseguição e a resistência dos estudantes na época à Ditadura Civil-militar), como discente do Curso de Licenciatura em História, da Unipampa, decidi dedicar-me a pesquisar este tema, tendo em vista a escassez de fontes sobre o período e ser esta uma passagem da História ainda negligenciada e distorcida pelas fontes oficiais e pelas políticas de desmemória.

Passei, então, a pesquisar notícias sobre a ditadura nas edições do Jornal A Folha, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), estabelecendo o recorte temporal entre os anos de 1964 à 1969. Tendo em vista as limitações desta fonte de pesquisa para o tema tratado, optei por utilizar, também, a metodologia de pesquisa em História Oral, explorando os relatos do anistiado político Claudio Maria Ricardo e o contatei em busca de uma entrevista, que se concretizou no dia 14 de dezembro de 2016. Em cerca de uma hora e meia de conversa por meio de contato telefônico, gravado com sua autorização e disponibilizado gentilmente para subsidiar a pesquisa, com uma entrevista previamente estruturada, Cláudio trouxe à tona suas lembranças de atuação junto a União Jaguarense dos Estudantes Secundários

(UJES), a dura perseguição que sofreu com outros jovens no período de deflagração do golpe de 1964 e nos anos que se seguiram. Falou, também, sobre as redes de resistência e solidariedade do período, como, por exemplo, na cooperação para a travessia de militantes políticos que buscavam clandestinamente asilo no país vizinho, o Uruguai, cruzando o rio Jaguarão em pequenas embarcações, na calada da noite.

Tratando da importância do registro da história oral e das reminiscências para as pesquisas que enfocam o período da ditadura civil-militar no país, é importante apontar que “a memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado” [...] Trata-se de uma espécie de ponte que conecta, articula e relaciona elementos temporais, espaciais, identitários e, também, históricos”. Neste sentido, cabe salientar que, “assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. A memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada. Entretanto, a importância da memória para a história não é pequena, pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores; as lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor de sua metodologia de trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; entretanto, elas também podem ser seu objeto de estudo” (PADRÓS, Enrique. BARBOSA, Vania. LOPEZ, Vanessa. FERNANDES, Ananda. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): história e memória. POA: Corag, 2009. pp. 26, 27).

Desta forma, ao registrar as lembranças do jovem que lutou contra a ditadura civil-militar em Jaguarão, contextualizar suas vivências e, na medida do possível, cotejá-las com outras fontes de pesquisa, como as notícias de jornais do período, busquei contribuir para a compreensão de uma passagem da história ainda pouco conhecida e mesmo silenciada pela “memória oficial” desta zona de fronteira: os mecanismos de repressão do regime militar e os atos de resistência de jovens do movimento estudantil secundarista.

É necessário pesquisar, debater e recordar os chamados “anos de chumbo” no país, para o fortalecimento e a garantia dos Direitos Humanos, onde à população também deve ser assegurado o Direito à Memória.

3.1 Memória do movimento estudantil e a resistência ao golpe de 64: a entrevista com Claudio Maria Ricardo

Claudio Maria Ricardo mora atualmente na cidade de Porto Alegre, é natural de Jaguarão e tem 69 anos. Iniciando a entrevista, ao ser questionado sobre o que fazia na deflagração do golpe militar no Brasil, reporta-se às lembranças de seu tempo de estudante, em Jaguarão.

“Quando ocorreu o golpe, em 1964, eu era aluno do 2º ano científico do colégio estadual Espírito Santo, que hoje ele fica em outro lugar em Jaguarão, mas na época ele ficava junto à praça. Eu era Secretário da União Jaguareense dos Estudantes Secundários. Era Secretário Geral e acumulava a Secretaria de Imprensa.

Era tudo muito bem organizado, mas foi muito rápido, foi muito curto o tempo. Estourou em 63 e em 64 veio o golpe.

Na época a maioria do pessoal, da gurizada, nós éramos seis ou sete, alguns eram vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro antigo, o PTB de Vargas, o PTB de João Goularte, o Jango, e o PTB de Brisola. E outros, em que eu me incluo, nós éramos bem mais a esquerda. Nossa militância inicial foi na juventude do Partido Trabalhista Brasileiro, onde o Leonel Brisola era o grande líder.

Nós tínhamos um grupo pequeno, mas tínhamos liderança, íamos para a rua, pintávamos muro.

Jaguarão tradicionalmente sempre foi uma cidade muito conservadora e os militares sempre tiveram muita força em Jaguarão. Nós vínhamos bem e o golpe nos atingiu em 64. Acabou com tudo”. (RICARDO, 2016).



Foto 7. Primeiro prédio do Instituto Estadual Espírito Santo. Acervo do IEES.

Ele narra, também, sua trajetória junto aos movimentos estudantis, onde, para além da atuação local, integrava-se à organizações de maior alcance, no Estado gaúcho e circulava em eventos nacionais, em uma época de grande efervescência dos movimentos juvenis.

“Na década de 60 eu era da União Gaúcha dos Estudantes Secundários. Fui do Grêmio do Colégio Espírito Santo e paralelamente nós tínhamos a JEC, Juventude Estudantil Católica, ali foi um ponto de doutrinação, porque depois da “revolução de 64” essa JEC deu origem à AP, Ação Popular, que já era um grupo clandestino, em que eu cheguei a participar um período, para lutar contra a ditadura.

Eu participei da JEC, da UJES, enfim, participávamos de Congressos Estudantis aqui no Rio Grande do Sul, mas também fora do Rio Grande do Sul a gente chegou a ir.

De dinheiro na época a UJES arrecadava muito pouquinho, porque nós herdamos muito a parte social, implementamos um pouquinho os

esportes e nós tínhamos um programa na rádio, “A UJES tem a Palavra”, na Rádio Cultura de Jaguarão, todos os domingos às 13h”. (RICARDO, 2016).

Ele conta que, quando se deu o golpe, os militares proibiram o programa completamente, como uma forma de cercear a liberdade de expressão e demonstrar a força do poder. Ao lembrar dos antigos companheiros do movimento estudantil, que hoje estariam na faixa de idade de sessenta e cinco a setenta anos, afirma que poucos estão vivos e que, em Jaguarão, acredita não se encontrar mais ninguém.

“A turma de esquerda não se encontra mais ninguém. O Presidente da UJES, que era um líder, ele fugiu para o Uruguai. Quando deu o negócio ele cruzou a ponte. Para estar na linha de frente o cara tinha que ser forte, porque chegava um interrogatório, enfim... Mesmo ainda não tendo o método de espancamento, que se aprimorou depois, porque eles aprenderam a torturar, então nós fomos os primeiros.

Então no início, o que eles faziam? Eles nos davam com o cacete por onde pegava, o “telefone de ouvido”, o pessoal do DOPS que foi aí fazer o serviço, porque o exército de Jaguarão “terceirizou”.

Eu até cito o nome do Comandante de Jaguarão, era o Coronel Heitor Fontoura de Moraes. [...] Eu vou te citar dois nomes que nos salvaram de a gente ter ido. Eles tinham um sistema, a Ditadura, de não gostar de preso político que ficasse na mesma cidade, entendeste? Porque tinha a família, a pressão, nós éramos rapazes de família que tinham uma certa provisão, prestígio, aquela coisa toda, então eles faziam muita troca. Pegavam o pessoal de Dom Pedrito, três, quatro, cinco levavam para Campo Grande.

E de Campo Grande tinha três, quatro, cinco e assim sucessivamente.

E conosco, eles queriam nos levar para Linhares, Minas Gerais, que foi a maior escola de tortura, tem vários livros sobre isso, que mataram mais 20 ou 30 lá.

E queriam trazer os caras de Minas para ficarem presos em Jaguarão, mas em Jaguarão não houve essa tortura assim, de matarem ninguém. E o delegado de polícia da época, eu quero que

tu frizes isso muito bem, Luis Evaristo Vieira Neto, e um escrivão de polícia de nome Iguatemi Freitas Coutinho, esses dois caras foram verdadeiros leões a nosso favor. Porque o exército queria nos tirar de lá e o delegado na época conhecia a gente, sabia quem a gente era, botou na mesa com eles, disse “olha, tu não pode fazer isso, tem dois que são menores de idade”, brigaram mesmo, e esses caras ficaram no anonimato.

Até um avião pra pegar a gente já tava preparado! Dizem, dizem que o Prefeito da época, Dr. Rubens Gonçalves Marques lutou muito pra gente não ser levado daí”. (RICARDO, 2016).



Foto 8. De fardamento oficial, na foto, o Comandante Heitor Fontoura de Moraes. Acervo da Secretaria de Cultura e Turismo.

Cláudio relata a formação de um Comitê de Defesa na cidade, que reuniu estudantes, membros do exército e outros membros da classe trabalhadora a fim de resistir ao Golpe Militar.

“E a coisa ficou muito grave. [...] A gente teve tempo de se articular, de montar um Comitê de Defesa, e ali se juntaram ferroviários, nós estudantes, dois ou três oficiais do exército da reserva, a maioria dos

sargentos do exército daí e nós tínhamos um plano em Jaguarão de resistência total, pra brigar mesmo. Eu era um guri de 17 anos”. (RICARDO, 2016).

Em um curto espaço de tempo, no primeiro de maio, segundo ele, teriam ocorrido algumas prisões políticas da Ditadura Militar em Jaguarão. O grupo teria sido levado para a Enfermaria Militar. Outro espaço de tortura e prisão política, segundo seu relato, foi o 13º Regimento de Cavalaria.

“1º de maio a gente foi preso, pela primeira vez, aí pra Enfermaria Militar, que ficou presídio. Mas a Enfermaria não foi nada. Ficamos três dias, quatro dias. Depois disso, sumariamente a gente era preso e conduzido ao 13º Regimento de Cavalaria. E a bem da verdade, eu nunca recebi um mau tratamento, um espancamento do pessoal do exército. [...] Quem fez as prisões foi o exército, as primeiras prisões, mas o DOPS (a chamado do comandante local) que assumiu o negócio lá. Aí o pau quebrou, os caras eram uns animais e queriam mostrar serviço para o exército e pra fazer estatística. Eles queriam encontrar o que não existia. Existia muita ideologia, mas naquele momento nós não tínhamos armas”. (RICARDO, 2016).

Com o avanço da ditadura e o ganho maior de força do regime militar, as vivências dos estudantes foram marcadas pelo recrudescimento da repressão.

“Perdi a conta de quantas vezes fui preso. Em Jaguarão havia períodos assim, em um mês, cinco, seis vezes. Que variavam de um dia no quartel, até quatro, cinco, seis dias. [...] Em seguida mudei para Camaquã e lá fui preso também.

Tudo o que acontecia, porque aí era fronteira, então eles perseguiam a gente. Queriam saber onde estava o depósito de armas. Três da manhã acordavam a gente.

[...] A UJES acabou em seguida, se acabaram os grêmios dos Colégios. Ficaram marcas profundas aí.

O Jornal A Folha colocou uma nota na época, o exército tinha feito uma operação. Apreendido farto material subversivo. Ali, bem na frente da Caixa Econômica Federal, onde hoje tem uma Farmácia, aí

tinha uma livraria, os militares fizeram uma exposição com o material subversivo apreendido. Duas ou três garruchas enferrujadas, umas armas de caça de um cara lá do interior e bastante livros... os livros dos Prestes, o Capital, de Marx, o Muro, de Jean Paul Sartre, e alguns livros que não tinham nada a ver. Foi escandaloso o grau de perseguição que eles fizeram. Em Jaguarão foi violento. De acabar contigo como pessoa, imagina o que marcou isso. Eu sou anistiado político. Fiquei muito tempo amargurado, triste e fui me levantar muito tempo depois, muito tempo depois”. (RICARDO, 2016).

Em pesquisa no Jornal A Folha, disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, encontramos registro de prisões e perseguição ao comunismo:

Entrevista do Comando do 13º RC a este jornal

Tendo presente os últimos acontecimentos que abalaram a Nação, a reportagem de “A Folha” entrou em contato com o Ten. Cel. Heitor Fontoura de Moraes, Comandante do 13º “Regimento Osório”, para melhor poder informar seus leitores.

O que aqui dizemos, são todas declarações do comando daquela guarnição federal, o qual nos recebeu com o seu costumeiro cavalheirismo, deixando-nos à vontade para abordar o assunto que ali nos levava.

O 13 Regimento de Cavalaria teve a missão de agir neste município e nos vizinho município de Pedro Osório, realizando expurgos na UJES, estabelecimentos e residências de suspeitos, devendo salientar-se que certas apreensões fora feitas, graça à colaboração de pessoas convencidas de que esse ato era necessário para o país. Do material subversivo apreendido, parte foi exposto nas vitrines da Livraria “A Miscelânea”, e os implicados foram presos, admoestados ou presos sob palavra.

Acompanharam os militares nessa operação de limpeza em todos os focos comunistas, os delegados de Jaguarão e Pedro Osório.

No decorrer das diligências de captura e nas acariações realizadas aos diversos implicados, cujos nomes ainda não devem ser

revelados, foi constatada de forma evidente, a existência em Jaguarão, dos chamados “Grupos de Onze”, o que bem demonstra o adiantado grau de infiltração de espírito depredatório à serviço de políticos inescrupulosos, em que estávamos envolvidos.

Continuando, o S., Comandante do Regimento Osório declarou-nos sua tarefa de apreensão não estar findada todavia e ainda há algo a apreender, para o que pede a cooperação do povo jaguarense, o qual pensa que tem recebido essas atitudes do Exército de uma maneira simpática, como de conveniência, para livrar nosso torrão da ação nefasta dos vermelhos.

A UJES verificou o erro em que haviam ingressado alguns de seus dirigentes, ausentando-os de sua direção, e com referência aos estrangeiros, caso confirmado alguma conspiração, serão expulsos, embora a documentação já verificada, esteja em ordem.

Não é da alçada deste movimento, tomar atitudes sobre o ramo de negócios de muitos estrangeiros aqui erradicados, como comerciantes e que deram ingresso no país na qualidade de agricultores, mas o Brasil precisa atualmente de desenvolver a sua agricultura e assim, talvez, suas posições sejam de imediatas revistas. A repirtagem de “A Folha” ainda abordou o Ten. Cel. Heitor Fontoura de Moraes, com respeito à certo temor dos caçadores, devidamente registrados na polícia, quanto ao comentário que circulava na cidade, de que nessa temporada, não ia ser permitido praticar qualquer espécie de caça, ao que nos respondeu o referido Comandante, que os direitos dos caçadores estão assegurados, naturalmente os idôneos.

Finalizando a entrevista que nos concedeu o Comandante do “Regimento Osório” frisou acreditar que na altura em que estamos, os discordantes deveriam cair em si e reconsiderar suas atitudes, pois as notícias de que possui, fazem crer, que o povo brasileiro deseja paz e quer trabalhar. (Jornal A Folha nº 801, 16 de abril de 1964).



Foto 9. Enfermaria Militar de Jaguarão. Prédio que serviu de prisão política no período da Ditadura Militar. Disponível em http://retalhosdoriogrande.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html



Foto 10. Quartel Militar. Jaguarão. Fonte: Jaguarão e os Militares. Dois séculos na fronteira. James Bolfoni da Cunha.

Questionado especificamente sobre o dia e a circunstância em que foi preso, Claudio rememora.

“Pegaram todo mundo de surpresa. A gente tinha recebido um aviso, uma indireta, do Diretor da escola, que era um padre. [...] Porque deu

o golpe, a gente continuou com a União dos Estudantes. No dia primeiro de maio, que era feriado, o exército começou a ir nas casas das pessoas. Eu estava na rua, na praça. Ali na esquina, onde tinha o antigamente o Café do Comércio, ali me pegaram na rua. Pegaram umas cinqüenta pessoas. Tinha até fazendeiro, que era o nosso. Eu nunca vou esquecer, o Peri Garcia. Um outro plantador de arroz, Francisco, um cara extraordinário. Ele plantava arroz, mas era companheiro, de linha de frente, de vanguarda, marxista, não era de Jaguarão, mas tava aí há muito tempo. E pegaram inclusive, uma grande injustiça que eles cometeram [...] uns comerciantes gregos e dois libaneses. Eles prenderam os caras, não tinham nada com política. [...] Eles faziam muita festa e nos convidavam, mas não tinha nada de política. Eles entraram na casa dos caras, de baioneta, de fuzil antigo aquele, sabe? Rasgaram os sofás pra ver se tinha alguma coisa escondida dentro, judiaram dos caras".Foi no dia 1º de Maio, nos pegaram. Em 24 horas, por aí, já soltaram 70%". (RICARDO, 2016).

Sobre os materiais apreendidos com os integrantes da UJES e considerados subversivos, à época, pelos militares, Claudio relembra os livros, que ficaram expostos em um local, marcado pela grande circulação da população jaguareense - a vitrine da livraria Miscelânea.

"Com a gente eles pegaram revistas, eles pegaram, como eles diziam, "alta quantidade de material subversivo". Livros, O capital, entendesse? O Muro, de Jean Paul Sartre, isso era material subversivo pra eles". (RICARDO, 2016).



Foto 11. Livraria Miscelânea, localizada na Avenida Vinte e Sete de Janeiro, esquina Andrade Neves, centro de Jaguarão. Local onde foram expostos os livros e materiais considerados subversivos pelos militares. Disponível em: http://poetadasaguasdoce.blogspot.com.br/2007_07_01_archive.html

Ele fala também sobre o grupo dos Onze, citado no Jornal, e sobre a perseguição que sofreu entre os amigos e a própria família.

“Eles queriam saber coisas e tinha algumas coisas que nós sabíamos que não podíamos dizer. A gente tinha um movimento, de fato, de sustentação, que chamava-se o Grupo dos Onze. Cada um arrumava onze pessoas, pra dar sustentação ao regime do Jango, que sabia que teria um Golpe de Estado.

Mas eu era muito guri, o pessoal todo era muito mais velho. Tinha eu e outro que tínhamos 17 anos na cadeia. Os outros já tinham mais de 20 anos, 21, e o resto eram homens de 50 anos, 60 anos. E depois dali foi um terror. [...] Porque o que aconteceu com a população? Com esse negócio, todo mundo começou a nos evitar. [...] Nos expurgaram de tudo o que podiam. E as próprias pessoas faziam a patrulha muito mais do que eles. Até a própria família, os primos, começaram a te evitar, te chamando de comunista.

A repressão foi sobre todos os aspectos”. (RICARDO, 2016).

Ao ser questionado sobre como os familiares reagiram à prisão, Claudio relata a frustração do pai, João Nelson Bambá Ricardo.

“O meu pai tinha muito prestígio em Jaguarão, tem até nome de rua aí, ele era professor, tinha sido militar. O meu pai correu, com o delegado que tinha sido aluno dele, com o pai de outro. Fomos pra cima. E na época falaram com o Juiz de Direito da cidade, e o juiz se mostrou receptivo e foi ao Quartel, falar com o pessoal. Por que era uma situação estranha, prender menores... Porque a Justiça se encaminha por ritos, por processos. E chegando lá, falou com o major, e o cara olhou pra ele e disse: Quem que o senhor é? Juiz de Direito?! Onde é que existe isso? O senhor tem duas coisas a fazer, ir embora lá para o seu Fórum, tratar dos seus assuntos, ou ficar aqui e ser preso também. [...]

E o meu pai fez o que pôde. Em quatro dias conseguiram largar a gurizada toda.

Quando meu pai morreu, eu tinha dezoito anos. Foi em seguida desse problema aí. Porque ele passou pela humilhação de ter a casa revistada, a biblioteca dele revistada por uns caras que foram lá, à procura de coisas minhas”. (RICARDO, 2016).

A perseguição o acompanhou, ainda, por longa data e marcou, também, a vida profissional.

“Nas Ditaduras, em alguns países eles fuzilam sumariamente. Em outros eles expurgam. Aqui eles fizeram a nossa morte lenta, quer dizer, a gente vivo se acabou. Porque tu moras em uma cidade pequena, onde tu tens tuas amigas, tua namorada, o teu convívio na escola com um grupo. Tudo ruiu porque as pessoas tinham medo de chegar. E estragaram meu nome também, porque colocaram, na época, em tudo, no DOPS.

Eu fiz um concurso público, dois, para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul, e para o Departamento de Correios e Telégrafos. [...] Para o Banrisul, em Jaguarão, eu fui o único aprovado. O gerente me chamou, mostrou até a mesa em que eu ia trabalhar. Que felicidade! Me mandaram ir a Porto Alegre pra fazer uns exames médicos e apresentar a documentação. Peguei o que eu tinha e fui a POA. Nunca vou esquecer, a senhora do Departamento de Pessoal, na época, não sabia o que aconteceu

comigo, nem nada. Ela me disse, tu tão jovem, já vai trabalhar com a gente. Eu tinha dezoito anos, dezenove anos. Tu vai ter que te dirigir a polícia pra tirar uma Certidão de Ideologia Política. Era um atestado que o DOPS dava, de ideologia política. [...] Quando eu cheguei no DOPS, que eu entrei, fiz o requerimento, um dos caras que foi a Jaguarão, do DOPS, que nos prendeu, judeio da gente o cara me viu lá e perguntou: Comunista, o que que tu quer aqui? Como eu tremi. Mas eu ingênuo, guri, ainda contei.

Eles disseram entra aqui, senta aí. Me deixaram lá sentado, esqueceram de mim. [...] Quando escureceu, de noite, os caras me chamaram. Aí veio o interrogatório todo de novo. Ficaram comigo lá dois dias e meio! Sem tomar banho, sem nada. De novo, telefone no ouvido, palmatória na bunda, na mão. E nem certidão de nada. Eles mesmos se encarregaram de informar ao banco que eu era comunista, que tinha sido preso. E a mesma coisa se repetiu com os Correios e Telégrafos, eu fiz concurso, era um cargo elevado, se pagava um salário bom [...]. Nem fui tirar o atestado, mas já sabia, não deixaram que entrasse lá. [...]

Eu consegui entrar depois em uma empresa de aviação civil, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, eu consegui entrar porque eu corri na frente, contei minha história toda pra Diretora no Rio Grande do Sul, me adiantei [...].

Aí me afastei. Me afastei do movimento de linha de frente, mas sempre continuei na retaguarda, na logística, no apoio. Indo procurar dinheiro para ajudar algum companheiro que tava mal, escondendo gente. E assim foi lá no Rio, fui para o Rio e continuei nessa aí. Mas tive muitas surpresas depois. Oito anos depois, descobriram que meu nome estava no Centro de Investigação e Segurança da Aeronáutica. Tive que ser afastado da companhia, voltar depois [...] Eles fizeram muito pior. Se fuzilassem tinham feito melhor pra mim e para os outros, mas eu era muito forte e tinha muita esperança". (RICARDO, 2016).

Já fora do movimento estudantil, de onde foram expulsos, ele narra outra passagem importante, que foi a ajuda na travessia de militantes, que se dirigiam clandestinamente, em busca de asilo político, ao Uruguai.

“Depois eram outros processos, a gente já fora, expulsos do movimento estudantil.

Como Jaguarão era fronteira, nós passamos a fazer outros trabalhos aí, de passar gente, exilados, pelo rio à noite, a gente se criou aí nesse rio, nadando e pescando. Aí a gente começou a passar muita gente lá longe, lá pra perto da charqueada, com um barquinho. Os caras vinham e passavam de noite pro Uruguai.

[...] A gente tinha ligações com pessoas que eram ligadas à época ao Deputado Federal Getúlio Dias, de Pelotas, que já faleceu, e ao cidadão de nome... ao médico que era o fundador do antigo Partido Comunista de Pelotas, Vicente Real, e ao Vice-Prefeito de Pelotas, que veio a ser Vice-Prefeito da Anistia, que era vereador lá, Edgar José Policelo. Então nós tínhamos aqui uma ligação que eles mandavam vir a Jaguarão, ou mandavam dizer dia, hora e local pra gente encontrar à noite as pessoas que eram para passar para o outro lado. Naquela época não tinha o telefone como agora, não havia celular e nem discagem direta à distância. Pra fazer uma ligação de Jaguarão pra Pelotas, tinha que pedir para a central telefônica e demorava seis, sete horas. Mas isso aí não, vinha pelo ônibus, os amigos avisavam direitinho. A pessoa chamava-se “pombo correio”. E a gente fazia. Chegava de noite, fazia o esquema todo. Tinha barcos, tinha um cidadão de nome Anselmo, bem na volta do rio ali, no lado em que ele vai pra desembocar na lagoa Mirim, esse cidadão alugava barcos, era um companheiro nosso. Se chamava Anselmo Amorim. [...] Barquinhos pequenos, nada a motor. [...] Provavelmente, eu não posso te dar certeza, o Gabeira passou lá. Eu não tenho lembrança. De um que eu tenho lembrança, foi ministro do Jango, Abelardo Jurema. Era Ministro da Justiça do Jango. Eu passei ele. Levei ele até os espigões, caminhando por terra, e dois companheiros nossos passaram eles para o Uruguai. Passou muita gente, e eles descobriram depois. Aí não deu mais. Eu fiquei em Jaguarão até o fim do ano de 1966. (RICARDO, 2016).

A dura perseguição sofrida durante a Ditadura Militar em Jaguarão fez com que Claudio Maria, por fim, interrompesse suas relações com a cidade.

“Na juventude, nós lutamos por reforma agrária, pelos direitos para o homem do campo, pelos operários. Pela reforma do ensino. Até nem precisava do socialismo, mas que o povo tivesse alegria. Lutamos pelas reformas de base. [...] Eu era louco pela cidade aí. Não quer dizer que eu fosse ficar aí pra sempre, mas eu pretendia concorrer como vereador, tinha esperança. Tem o rio, esportes, festas, me tiraram tudo. Tem aquele livro 1968, o ano que não acabou, quando veio o Ato Institucional nº 5. Pra mim foi 1964, ao ano que não acabou. Mas estou bem, estou aí”. (RICARDO, 2016).

Claudio Maria foi indenizado pelo governo gaúcho e pelo Estado brasileiro e consta na lista dos anistiados políticos do Rio Grande do Sul como um dos presos mais jovens, por ter sido detido pela Ditadura Militar antes mesmo de completar a maioridade.

Esta pesquisa buscou valorizar e trazer à tona de forma privilegiada suas narrativas, por considerar esta passagem da história recente ainda pouco conhecida e mesmo silenciada pelas fontes oficiais na cidade de Jaguarão, fronteira com o Uruguai.

Estima-se que, ao se valer das ferramentas da História Oral como fonte principal de pesquisa, tenha permitido o conhecimento acerca das lutas do movimento estudantil, como um dos principais protagonistas do enfrentamento ao regime militar. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

REFERÊNCIAS

ALVES, Taiara Souto. Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de Segurança Nacional (1964-1978). Porto Alegre, 2009.

BORTOT, Ivanir José; **GUIMARAENS**, Rafael. Abaixo a Repressão!: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas. Porto Alegre, Libretos, 2008. P 16

BRAGHINI, Katya. **CAMESKI**, Andrezza. “ESTUDANTES DEMOCRÁTICOS”: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE “DIREITA” NOS ANOS 1960 Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015

CARMO, Paulo Sérgio do. Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2003

CASTAÑEDA, Jorge G. O crisol cubano. In: Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DAMIN, Cláudio Júnior. As duas fases do governo Castello Branco. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3658, 7 jul. 2013. PP. 1. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24844>>. Acesso em: 12 dez. 2016

DREIFUS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. P.55 IN: FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta. ARAUJO, Maria. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1º Ed – 2008

FICO, Carlos. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo, Ática, 2003

KONRAD, Diorge Alceno, **LAMEIRA**, Rafael Fantil. **LIMA**, Mateusda Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In:

PADRÓS, E. S. Cone Sul em Tempos de Ditadura reflexões e debates sobre a História Recente. Evangraf, 2013.

MATTOS, Andre Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 402 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia de tortura após o golpe de 1964. Seminário brasileiro do livro e história editorial, II. 2009. p.51

MENDONÇA, Sônia. A Industrialização Brasileira. Moderna, 1996

MICHELENA, José A. A Crise no sistema Mundial: Política e Bloco de Poder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

MOTTA, Rodrigo P. S. EM GUARDA CONTRA O COMUNISMO NO BRASIL (1917-1964). São Paulo, 2000 (Tese de Doutorado, USP).

MULLER, Angélica. **REZENDE**, Tatiana. Praia do Flamengo, 132 : histórias e memórias;

NOVAIS, Regina. Juventude: políticas Públicas, conquistas e controversias.. In: Jose Oscar Beozzo e Cecília B. Franco. (Org.). Juventudes em Foco.. 1ed.São Paulo: PAULUS, 2013, v. 1

PADRÓS, Enrique Serra, **MARÇAL**, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. IN Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre: corag 2009.v. 3, p.34.

PADRÓS, Enrique. **BARBOSA**, Vania. **LOPEZ**, Vanessa. **FERNANDES**, Ananda. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): história e memória. POA: Corag, 2009.

ROLIM, César de Assis. AS RELAÇÕES DE LEONEL BRIZOLA COM OS SETORES SUBALTERNOS DAS FORÇAS ARMADAS ENTRE 1959-1964. In. AVILA, Vladimir Ferreira.V Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (2007 : Porto Alegre, RS). Anais : Produzindo História a partir de Fontes Primárias / org. – Porto Alegre, 2007

ROLIM, Cesar. A Campanha da Legalidade: uma mobilização civil-militar em defesa do posse de João Goulart. Disponível em: <http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/a-campanha-da-legalidade-uma-mobilizacao-civil-militar-em-defesa-da-posse-de-joao-goulart/> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

SANFELICE, José Luís. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64
Tatiana Rezende. - 1. ed. - São Paulo: Letras Jurídicas, 2011

TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004

TOLEDO, Caio Navarro. CRÔNICA POLÍTICA SOBRE UM DOCUMENTO CONTRA A "DITABRANDA". REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 17, Nº 34 : 209-217 OUT. 2009.

VECHIA, Renato. A UNE no contexto da ilegalidade e da luta armada. In. **PADRÓS**, Enrique. CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recent. – Porto Alegre: Evangraf/ UFRGS, 2013

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. IN. **PADRÓS**, Enrique Serra, **BARBOSA**, Vânia M., **LOPEZ**, Vanessa Albertinence, **FERNANDES**, Ananda Simões. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. CORAG: Porto Alegre. 2009.